




CREDENCIAMENTO

IL.PPSA.003/2023

**CREDENCIAMENTO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA CONTRATAÇÃO,
SOB DEMANDA, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS DE SUPORTE À
CONSULTORIA JURÍDICA DA PPSA PARA O ESCRITÓRIO CENTRAL DA PPSA,
LOCALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – RJ**

www.presalpetroleo.gov.br

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 2/34

A EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA, doravante denominada PPSA, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), criada por meio do Decreto nº 8.063, de 01 de agosto de 2013 (“Decreto nº 8.063/2013”), autorizado pela Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010 (“Lei nº 12.304/2010”), e submetida ao regime próprio das sociedades anônimas, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco E, Edifício Prime 206, 14º andar, CEP: 70.070-120 - Brasília/DF, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.738.727/0001-36 e Escritório Central na Avenida Rio Branco, nº 1, 4º andar, Centro, CEP: 20.090-003 - Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.738.727/0002-17, torna público, para conhecimento dos interessados, que procederá ao CREDENCIAMENTO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS DE SUPORTE À CONSULTORIA JURÍDICA DA PPSA, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, na data, horário e local abaixo indicados, por meio do processo de Inexigibilidade de Licitação IL.PPSA.003/2023.

O presente Credenciamento dar-se-á à luz dos princípios orientadores da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (“Lei nº 13.303/2016”); do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (“Decreto nº 8.945/2016”); e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA (“RILC-PPSA”), publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) em 03 de abril de 2018, disponível no site www.presalpetroleo.gov.br, bem como pelas normas e procedimentos constantes deste Edital.

As instruções estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como eventuais suplementos que venham a ser emitidos pela PPSA, determinam os procedimentos que orientarão este processo de Credenciamento.

O processo será realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – Internet.

As pastas digitais contendo os Documentos digitalizados de Habilitação e de Qualificação de Credenciamento exigidos no Edital serão recebidos pela PPSA, até a data, o horário limite e no local indicados a seguir:

1. RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DIGITAL DE CREDENCIAMENTO

Data e hora limites para o recebimento da documentação digital, até:


Dia: 15 de agosto de 2023.

Horário: 10:00 horas (horário de Brasília/DF)

Endereço eletrônico: editais@ppsa.gov.br

2. OBJETO

2.1. O presente processo possui como objeto o Credenciamento de Escritórios de Advocacia para contratação, sob demanda, de prestação de serviços jurídicos de suporte à Consultoria Jurídica (“Conjur”) da PPSA, sem exclusividade e sem vínculo empregatício, conforme detalhado no Termo de Referência (“TR”), Anexo I deste Edital.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 3/34

3. RECEBIMENTO E DIVULGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

3.1. A PPSA analisará os Documentos de Habilitação e de Qualificação do Credenciamento exigidos das Proponentes interessadas em prestar os serviços do objeto deste Edital a partir da data, hora e local indicados no Item 1 deste Edital.

3.2. As Proponentes deverão apresentar, obrigatoriamente, os Documentos de Habilitação e os Documentos de Qualificação do Credenciamento em pastas digitais separadas, conforme indicado no item 6 deste Edital.

3.3. A divulgação da documentação digital recebida se dará pelo *site* da PPSA www.presalpetroleo.gov.br.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com a contratação de que trata o objeto desta licitação estão previstas no orçamento estimativo disposto no TR, Anexo I deste Edital, e estão consignadas no PDG 2023, rubrica 2.205.020.000 – Serviço de Terceiros – Consultoria. Para os anos seguintes, esta demanda orçamentária constará nas Propostas do Programa de Dispendios Globais – PDG dos correspondentes exercícios fiscais, na rubrica 2.205.020.000 – Serviço de Terceiros – Consultoria.

Obs1.: o Imposto Sobre Serviços (“ISS”), se devido, deverá ser cobrado na alíquota do local onde os serviços serão prestados.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Credenciamento os Escritórios de Advocacia especializados na prestação dos serviços contidos no TR, Anexo I do Edital, que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

5.2. A participação no Credenciamento importa total, irrestrita e irretratável submissão das Proponentes às condições deste Edital e de seus Anexos.


5.3. Não poderão participar deste Credenciamento:

5.3.1. Escritório de Advocacia cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento;

5.3.2. Escritório de Advocacia que estiver em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de concordata, ou sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; e

5.3.3. Escritório de Advocacia que se enquadre em alguma das vedações previstas RILC-PPSA, em especial, as constantes do artigo 80, a seguir:

“Art. 80 - Estará impedida de participar de Licitações e de ser contratada pela PPSA a empresa:

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 4/34

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da PPSA;

II - suspensão pela PPSA;

III - declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União.

Parágrafo único - Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em Licitação, na condição de Licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente de PPSA;


b) empregado da PPSA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela Licitação ou contratação; e

c) autoridade do Ministério de Minas e Energia.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com PPSA há menos de 6 (seis) meses.”

5.4. Será permitida a participação de escritórios em consórcio ou regime de associação, desde que o acordo firmado esteja devidamente registrado (ou em processo de registro, cuja comprovação será realizada mediante apresentação de protocolo) na seccional competente da Ordem dos Advogados do Brasil (“OAB”).

5.5. Neste caso será exigida a apresentação da seguinte documentação:

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 5/34

5.5.1. Consórcio: Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, por instrumento público ou particular, subscrito pelos representantes legais das empresas consorciadas, do qual deverão constar, em cláusulas específicas:

- a) A composição, o objeto, o percentual de participação de cada consorciado e a duração do consórcio;
- b) A designação da escritório líder do consórcio para representação legal;
- c) A declaração expressa de que cada consorciada será solidária e ativamente responsável por todas as ações e obrigações assumidas, decorrentes da proposta apresentada e do Contrato, ambos referentes a este Credenciamento; e
- d) O compromisso de celebrar, na hipótese de ser declarado vencedor deste Credenciamento e antes da celebração do Contrato com a PPSA, o contrato definitivo de constituição de consórcio e seu registro na Junta Comercial, dentro do prazo fixado para assinatura do Contrato, sob pena de cancelamento da adjudicação.

5.5.2. Regime de Associação: Acordo firmado pelos associados, devidamente registrado (ou em processo de registro, cuja comprovação será realizada mediante apresentação de protocolo) na seccional competente da OAB, subscrito pelos representantes legais, do qual deverão constar, em cláusulas específicas itens equivalentes, quando aplicáveis, as descritas no subitem 5.5.1.

Obs1.: a comprovação das exigências referente à Qualificação Técnica, por parte de cada escritório consorciado **e/ou em regime de associação** admite o somatório das capacidades atestadas por cada uma das empresas integrantes, na proporção da respectiva participação, definida no **Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio / Acordo firmado pelas sociedades**.


Obs2.: quanto à Documentação de Habilitação, no caso de Consórcios **e/ou grupo de sociedades**, todos os documentos deverão ser apresentados por parte de cada Escritório de Advocacia integrantes.

5.6. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento definido no item 6.1.1 “a”, deste Edital, não inabilitará a Proponente, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder pela representada neste processo.

6. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar deste Credenciamento deverão enviar para o *e-mail* indicado no item 1, ou através por meio de entrega física via dispositivos de armazenamento, preferencialmente em *pen drive*, **02 (dois) conjuntos separados de documentações (Pastas Digitais nº 1 e nº 2) compactados (“zip”), conforme item 6.2. e 6.3 contendo todos os documentos digitalizados (“pdf”)**, simultaneamente, até a data, horário e local indicados no item 1 deste Edital, os seguintes arquivos:

6.1.1. Arquivo externo as Pastas Digitais nº 1 e 2:

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 6/34

- a) Carta emitida pela Proponente nomeando o seu representante; e
- b) Informações da Proponente, conforme **Modelo do Anexo II “a”**, deste Edital.

6.1.2. As duas pastas digitais contendo os Documentos de Habilitação e de Qualificação de Credenciamento.

6.2. Os Documentos de Habilitação e de Qualificação deverão ser apresentados à PPSA, em pastas digitais separadas até a data // hora limites indicados no item 1 deste Edital.

6.3. As pastas digitais deverão ser identificadas da forma a seguir e enviadas para o *e-mail* editais@ppsa.gov.br:

Pasta Digital Nº 1 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

(Razão Social da Proponente)

Pasta Digital Nº 2 - “DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO”

Ref.: Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023

(Razão Social da Proponente)

6.4. Não serão aceitos documentos e propostas:


6.4.1. Transmitedos por outra forma de apresentação não prevista no presente Edital;

6.4.2. Que deixarem de atender, de qualquer forma, as disposições deste Edital;

6.4.3. Apresentados fora da data e do horário limite; e

6.4.4. Que não indicarem a data de validade das certidões, a não ser aquelas que tenham sido emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias em relação à data da indicada no item 1 deste Edital.

Obs.: a PPSA não se responsabilizará por documentos entregues de outra forma, que não mostrem a correta identificação, ilegíveis digitalmente ou que apresentem contaminação por vírus.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 7/34

6.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da Proponente e, preferencialmente, com o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) e o respectivo endereço.

6.6. Se a Proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – PASTA DIGITAL Nº 1

7.1. Os Documentos de Habilitação, a seguir discriminados, deverão ser apresentados digitalizados a partir dos documentos **originais ou por qualquer processo de cópia autenticada**, em pasta digital distinta de qualquer outra e identificada conforme indicado no item **6.3**, deste Edital. Para facilitar o trabalho de análise, solicita-se que todos os documentos sejam numerados em forma sequencial, antes da digitalização.

Obs.: as Proponentes deverão apresentar todos os documentos abaixo listados.

7.1.1. Relativo a **empregados menores de idade**


Declaração que cumpre o disposto no art 27, V, da Lei 8666/93, conforme **Modelo do Anexo II “b”**, deste Edital.

7.1.2. Relativos à **Habilitação Jurídica**:

a) Registro comercial, no caso de empresário ou de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.3. Relativos à **Regularidade Fiscal**:

a) Prova de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;
b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 8/34

- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Proponente;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Proponente;
- g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social ("INSS");
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");
- i) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão de Débitos Trabalhistas - Lei nº 12.440/2011)

7.1.4. Relativo à Qualificação **Econômico-Financeira**:

Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Cartório Distribuidor da sede da Proponente;

7.1.5. Relativos à **Qualificação Técnica da Proponente**:

Prova, por meio de um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, que comprovem que a sociedade de advogados e/ou de seus sócios possui experiência jurídica relacionada à área de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Observações sobre os Atestados / Declarações:

Os atestados ou declarações deverão ser emitidas por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, no caso de atestado ou declaração em idioma estrangeiro, deverá haver a tradução juramentada.


Os documentos devem conter as seguintes informações, de forma clara:

- Identificação completa do emitente do atestado;
- Identificação do respectivo signatário, com indicação de seu nome e cargo;
- Período em que executou os serviços;
- Descrição sucinta dos serviços executados;
- Declaração de que o serviço foi executado a contento e sem ressalvas.

7.1.6. **Demais Documentos**:

a) Declaração da Proponente, conforme modelo constante no **Anexo II, item "b"**:

a1) em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso VXXXIII da Constituição Federal ("CRFB/88") - emprego de menor (modelo no Anexo II "b") e;

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 9/34

b) Indicação da Proponente sobre seu cadastramento no Sistema de Cadastro de Fornecedores (“SICAF”), se existente:

b.1) Caso a Proponente opte pela utilização do seu cadastro no SICAF, deverá apresentar, juntamente com os Documentos de Qualificação Técnica, a habilitação parcial válida no SICAF, na data indicada para a apresentação dos documentos.

b.2) A apresentação da documentação referente à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira poderá ser substituída pela apresentação do documento “Situação do Licitante”, obtido no sistema SICAF pelos licitantes com habilitação parcial válida, na data indicada para a apresentação dos documentos, devendo, no entanto, ser apresentada a documentação relativa à Qualificação Técnica.

b.3) Caso a Proponente pretenda participar mediante cadastro e habilitação parcial no SICAF e não tenha registro no referido sistema, ela deverá procurar qualquer Unidade Cadastradora para efetuar seu cadastramento e a sua habilitação. Os documentos exigidos, bem como os procedimentos e as instruções de preenchimento dos formulários necessários para efetuar o registro no SICAF estão previstos no respectivo Manual, que poderá ser obtido em qualquer Unidade Cadastradora do SICAF, ou ainda na Internet no site www.comprasnet.gov.br.

Obs.: Informamos que a PPSA não é Unidade Cadastradora do SICAF.


8. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PASTA DIGITAL Nº 2

8.1. Os Documentos de Qualificação de Cadastramento deverão ser apresentados digitalizados a partir dos documentos **originais ou por qualquer processo de cópia autenticada**, em pasta digital distinta de qualquer outra e identificada conforme indicado no item **6.3**, deste Edital. Para facilitar o trabalho de análise, solicita-se que todos os documentos sejam numerados em forma sequencial.

Obs.: somente será credenciada a sociedade de advogados com experiência comprovada, de forma satisfatória, em pelo menos 10 (dez) das 13 (treze) áreas de atuação elencadas no Edital, sendo que 02 (duas) destas são as áreas de Atuação 1: Direito do Petróleo e Gás Natural e 2: Direito Administrativo, além da comprovação de feitos, por meio de certidões, nos termos do item 8 do TR, Anexo I deste Edital.

8.2. A apresentação dos documentos deve ser preenchida estritamente de acordo com as instruções apresentadas no TR, **Anexo I** (em especial no seu item 8) e **seus anexos**, e modelos constantes nos Anexos II e III deste Edital.

8.3. A documentação deverá atender integralmente às disposições do Edital e de seus Anexos, bem como considerar as condições neles estabelecidas. Não deverá conter alternativas, observações, erros ou rasuras.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 10/34

8.4. A Proponente deverá considerar as condições da prestação dos serviços, de acordo com o especificado no Modelo de Contrato, Anexo IV deste Edital.

9. RECEBIMENTO E EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Pastas Digitais nº 1 e 2 recebidas até a data / hora limites previstos no item 1 deste Edital, serão armazenadas pela PPSA.

9.1.1. As Pastas Digitais nº 1 e 2 recebidas serão disponibilizadas para consulta pública no *site* da PPSA www.presalpetroleo.gov.br.

9.2. Nesta fase, a PPSA procederá ao exame da documentação contida na Pasta Digital nº 1. Encerrado o exame, o resultado será divulgado mediante aviso publicado, uma única vez, no DOU, informando, também, dia e hora de abertura da Pasta Digital nº 2 (DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO), das Proponentes habilitadas.

9.3. A PPSA não assumirá qualquer responsabilidade pela abertura das Pastas Digitais que não mostrem a correta identificação ou que sejam enviadas de outra forma ou para outro local e horário que não o descrito no item 1 deste Edital.

10. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO


10.1. A abertura da Pasta Digital nº 2 - “**DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**” das Proponentes habilitadas será efetuada a partir da data e horário previamente informados, mediante publicação no DOU.

10.2. A Pasta Digital nº 2 das Proponentes habilitadas serão disponibilizadas para consulta pública no *site* da PPSA www.presalpetroleo.gov.br.

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

11.1. O Credenciamento abrangerá as seguintes áreas de atuação:

- 1 - Área de Atuação 1: Direito do Petróleo e Gás Natural;
- 2 - Área de Atuação 2: Direito Administrativo;
- 3 - Área de Atuação 3: Direito Civil;
- 4 - Área de Atuação 4: Direito Societário;
- 5 - Área de Atuação 5: Mercado de capitais;
- 6 - Área de Atuação 6: Direito Internacional;
- 7 - Área de Atuação 7: Direito Ambiental;
- 8 - Área de Atuação 8: Direito Tributário;
- 9 - Área de Atuação 9: Previdência Complementar;
- 10 - Área de Atuação 10: Direito do Trabalho;
- 11 - Área de Atuação 11: Direito Penal;
- 12 - Área de Atuação 12: Direito da Propriedade Intelectual; e
- 13 - Área de Atuação 13: Direito da Informática.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 11/34

11.2. O critério de julgamento da documentação recebida terá como base o atendimento aos seguintes requisitos de Qualificação de Credenciamento referentes a cada área de atuação, conforme descrito no TR, Anexo I deste Edital:

- a. Experiência
- b. Infraestrutura
- c. Equipe de advogados
- d. *Secondment* de profissional

11.3. A avaliação será realizada mediante a conferência da documentação apresentada para atendimento tanto dos requisitos definidos como **Essenciais** (obrigatórios) como dos requisitos definidos como **Desejáveis** (facultativos) para a qualificação de Credenciamento.

11.3.1. O não atendimento e comprovação de qualquer um dos requisitos definidos como **Essenciais** (obrigatórios) para a qualificação implicará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da Proponente em exame.

12. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O resultado do julgamento do credenciamento, após homologação, será publicado no DOU, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.2. Decorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou apreciados e decididos os recursos eventualmente formulados, e conforme necessidades da PPSA, os Escritórios de Advocacia credenciados poderão ser convocados, por escrito, para que venham assinar Contrato de prestação de serviços, em 02 (duas) vias, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias da data da convocação.

12.3. O credenciamento não implica contratação, nem confere aos Escritório de Advocacia direito subjetivo à exclusividade na prestação de serviços, assim como a contratação não implica pagamento de qualquer importância a título tão somente de contratação.


12.4. Ainda que credenciados, não serão contratados os Escritórios de Advocacia:

12.4.1. Que figurem como parte em ações judiciais ou administrativas contrárias à PPSA;

12.4.2. De que façam parte sócios, advogados empregados, associados, inclusive seus cônjuges ou companheiros(as), que patrocinem ou figurem como parte em ações judiciais ou administrativas contrárias à PPSA.

12.5. O Escritório de Advocacia credenciado, quando convocado para assinatura do Contrato, deverá comprovar estar em dia com suas obrigações com a Seguridade Social, apresentando o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Débito ("CND"), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ("CNDT").

12.6. O Escritório de Advocacia credenciado não poderá contratar com a PPSA caso esteja inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais ("CADIN").

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 12/34

12.7. Qualquer alteração no ato constitutivo das sociedades de advogados, bem como do quadro de advogados (sócios, empregados e associados) que vierem a prestar serviços à PPSA, deverá ser imediatamente comunicada à PPSA, para fins de verificação do atendimento das condições de credenciamento e contratação previstas neste Edital.

12.8. Os Escritórios de Advocacia contratados devem manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Dos atos administrativos praticados pela PPSA neste Credenciamento, caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, conforme previsto no artigo 62, § 1º, inciso II do RILC-PPSA.

13.2. O prazo de recurso será contado a partir da data de publicação, no DOU, dos atos que o ensejaram, dia a partir da qual os autos do processo licitatório estarão franqueados aos interessados e observará o disposto artigo 62 do RILC-PPSA.

13.3. Os recursos deverão ser entregues à PPSA, preferencialmente, por meio eletrônico, via e-mail editais@ppsa.gov.br ou, de forma presencial, no Escritório Central da PPSA, situado na Av. Rio Branco nº 1, 4º andar – Centro, CEP: 20.090-003, Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, no horário das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

13.4. Não serão conhecidos os recursos interpostos após vencidos os respectivos prazos legais.

13.5. As solicitações de acesso aos autos, bem como cópias de documentos do processo, deverão ser efetuadas, por escrito, segundo as modalidades e endereços que se encontram indicados no item **16.3**, deste Edital.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A execução dos serviços será variável, conforme a natureza do serviço contratado. A vigência do Contrato será de 05 (cinco) anos ou até que se esgote o orçamento destinado à contratação, o que ocorrer primeiro, observadas as hipóteses de rescisão.


15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

15.1. O pagamento será efetuado de acordo com o definido na **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO** do Modelo de Contrato - **Anexo IV**, deste Edital, no prazo de 15 (quinze) dias após a aprovação pela PPSA.

15.2. As demais condições de contratação estão dispostas no modelo de contrato apresentado no Modelo de Contrato - Anexo IV deste Edital.

16. OBTENÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO EDITAL

16.1. O Edital pode ser obtido através da Internet.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 13/34

16.1.1. Para obter o Edital, pela Internet, a empresa interessada deverá fazer a sua solicitação pelo *e-mail* editais@ppsa.gov.br, mencionar o número deste Credenciamento (**Credenciamento IL.PPSA.003/2023**) e prestar as seguintes informações:

- 1 - Razão Social;
- 2 - Nº do CNPJ;
- 3 - Endereço completo (logradouro, bairro, cidade, estado e CEP);
- 4 - Telefone;
- 5 - *E-mail*; e
- 6 - Nome e cargo da pessoa credenciada para recebimento de correspondência.

16.2. Caso a PPSA venha a emitir suplementos, alterações e/ou esclarecimentos ao Edital, estes serão disponibilizados no *site* da PPSA www.presalpetroleo.gov.br.

16.3. Caso surjam dúvidas com relação ao conteúdo do Edital, a Proponente poderá consultar a PPSA, por escrito, segundo uma das seguintes modalidades:

Por e-mail: editais@ppsa.gov.br

Por carta: **PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA**

Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Avenida Av. Rio Branco, nº1 – 4º andar

CEP: 20090-003 - Rio de Janeiro/ - RJ

16.4. Na correspondência deverá ser indicado o número deste Credenciamento (**Credenciamento IL.PPSA.003/2023**) e o seu objeto, devendo a ser recebida pela PPSA em até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite prevista para o envio da documentação de credenciamento, informada no item 1.


16.5. No caso de esclarecimentos sobre o Edital, a resposta da PPSA não identificará a fonte que os solicitou.

16.6. Não deverão ser considerados pelos participantes, na formulação de suas propostas, quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da estabelecida acima.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As Proponentes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução, ademais devem estar cientes de que os serviços deverão ser realizados conforme disposições contidas neste Edital e seus Anexos, particularmente, nos seus Anexo I – Termo de Referência e Anexo IV - Modelo de Contrato deste Edital.

17.2. Os modelos de Declarações e Formulários foram inseridos no Edital com o objetivo de padronizar as informações apresentadas, facilitar os trabalhos de análise e julgamento pela PPSA e evitar que as proponentes sejam inabilitadas em razão de falhas ou insuficiência nas informações indicadas. Caso sejam apresentados documentos com formatação diversa, estes deverão contemplar as informações mínimas necessárias à comprovação das exigências para efeitos de habilitação.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 14/34

17.3. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Edital e seus Anexos serão dirimidas pela PPSA, conforme item 16 deste Edital.

17.4. Sem prejuízo do caráter público de todos os atos do procedimento de credenciamento, não se admitirá, durante a análise dos documentos, a interferência de pessoas estranhas à PPSA, a qualquer título que seja, ressalvada a hipótese de requisição, pela PPSA.

17.5. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, para impugnações, recursos, representações ou pedidos de reconsideração, será feita em dias úteis, sendo excluída a data de início e incluída a data fim.

17.6. À PPSA fica reservado o direito de revogar, no todo ou em parte, este processo de Credenciamento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização.

17.7. É facultada à PPSA, em qualquer fase do processo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive mediante consultas públicas a *sítes* mantidos na *Internet*, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar obrigatoriamente nas Pastas Digitais nº 1 e 2.

17.8. A Proponente deverá assumir todos os custos de elaboração da documentação, não sendo a PPSA, em qualquer hipótese, responsável por tais documentos, independentemente do resultado do Credenciamento.


17.9. Além da aceitação das demais condições deste Edital e seus Anexos, a apresentação dos Documentos de Habilitação e de Qualificação de Credenciamento:

17.9.1. Implicará na integral e irretratável aceitação dos termos e condições estabelecidos neste Edital, bem como pleno conhecimento das condições de execução do objeto, e ainda, que a Proponente possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do Credenciamento;

17.9.2 Indicar, sob as penalidades da lei, que a Proponente não possui em seus quadros, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança, na PPSA, conforme vedação no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010 ("Decreto nº 7.203/2010"); bem como não está incluída nas vedações previstas no item 5.3 deste Edital, além de não se enquadrar em alguma das vedações previstas RILC-PPSA, em especial, as constantes do artigo 80.

17.9.3. Declarará, expressamente, sob as penalidades da lei, que não está sendo punida com suspensão temporária nem com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, nem está inscrita no CADIN;

17.9.4. Declarará, expressamente, sob as penalidades da lei, que não existem fatos impeditivos de sua participação no presente processo de Credenciamento e se

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 15/34

compromete a comunicar à PPSA qualquer fato que venha a comprometer sua habilitação, inclusive durante a execução do Contrato;

17.9.5. Indicar que a Proponente considerou que o pagamento será em reais, computando a totalidade dos custos diretos e indiretos previsto no correspondente Contrato;

17.9.6. Indicar que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data limite de apresentação das propostas, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação da PPSA;

17.9.7. Tornará evidente que a Proponente examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos e que a encontrou correta. Evidenciará, também, que a Proponente obteve da PPSA, satisfatoriamente, todas as informações, suplementos e esclarecimentos, para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena de suas condições, conforme item **5.2** deste Edital.

17.10. Todas as referências de tempo/horário contidas neste Edital observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

17.11. Aos casos omissos aplicam-se as demais condições constantes na Lei nº 13.303/2016; Decreto nº 8.945/2016; da Lei nº 10.520/2002 e do RILC-PPSA, com suas alterações posteriores.

17.12. O foro competente para qualquer ação ou execução decorrente desta Licitação é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

Relação de Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MODELOS PARA HABILITAÇÃO;
ANEXO III – MODELO PARA QUALIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO; e
ANEXO IV – MODELO DE CONTRATO.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2023.


Original Assinado por:

Samir Passos Awad

Diretor de Administração, Finanças
e Comercialização

Osmond Coelho Júnior

Diretor de Gestão de Contratos

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Anexo I – Termo de Referência	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 16/34

1 – OBJETO

O objeto da presente contratação é a qualificação e o credenciamento de Escritórios de Advocacia regularmente constituídos para futura e eventual celebração de contratos de credenciamento para prestação de serviços jurídicos sob demanda, com base no artigo 101, §3º, incisos I e II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (“RILC”) da Pré-Sal Petróleo S.A. (“PPSA”).

Os Escritórios de Advocacia deverão estar aptos para prestar serviços de assessoria jurídica no Brasil e/ou no exterior, visando assistir a Consultoria Jurídica (“Conjur”) da PPSA em operações e procedimentos que envolvam a análise ou aplicação de legislação nacional e/ou estrangeira nos ramos do Direito a seguir especificados, em especial no que respeita à Exploração, Produção e Comercialização de Petróleo e Gás Natural.

Os serviços jurídicos pleiteados abrangem a atuação tanto consultiva quanto contenciosa, em qualquer modalidade, bem como outras ações relevantes.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação se justifica pela própria proposta de criação da PPSA, uma empresa pública com estrutura organizacional compacta, com um reduzido número de empregados, mas que são altamente qualificados para atuar na Exploração, Produção e Comercialização de Petróleo e Gás Natural.

Considerando que a Conjur da PPSA é composta, tão somente, por 02 (dois) Consultores – o titular e seu adjunto – esse quadro impõe a contratação de serviços jurídicos terceirizados para assessoramento à Conjur da empresa, envolvendo Escritórios de Advocacia com *expertise* no objeto da PPSA e nos diversos ramos do direito, para que o setor consiga executar suas competências na integralidade.


3 – LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços contratados poderá ocorrer nas instalações da sociedade contratada, nas instalações da PPSA ou em qualquer unidade da federação ou países nos quais os interesses da PPSA assim o justifiquem.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Credenciamento se dará pelas áreas de atuação do Direito, que possuem maior relevância para a atuação da PPSA, conforme lista abaixo:

- 1 - **Área de Atuação: Direito do Petróleo e Gás Natural;**
- 2 - **Área de Atuação: Direito Administrativo;**
- 3 - **Área de Atuação: Direito Civil;**

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 17/34

- 4 - **Área de Atuação: Direito Societário;**
- 5 - **Área de Atuação: Mercado de capitais;**
- 6 - **Área de Atuação: Direito Internacional;**
- 7 - **Área de Atuação: Direito Ambiental;**
- 8 - **Área de Atuação: Direito Tributário;**
- 9 - **Área de Atuação: Previdência Complementar;**
- 10 - **Área de Atuação: Direito do Trabalho;**
- 11 - **Área de Atuação: Direito Penal;**
- 12 - **Área de Atuação: Direito da Propriedade Intelectual; e**
- 13 - **Área de Atuação: Direito da Informática.**


Como exemplos de temas e assuntos, organizados por área de atuação, que são relevantes para a contratação, temos a seguinte lista exemplificativa:

1 - Área de Atuação: Direito do Petróleo e Gás Natural:

- Regimes de Exploração e Produção no direito brasileiro e comparado;
- Contratos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – Concessão, Partilha da Produção, Cessão Onerosa;
- Individualização da Produção – Acordos e Pré-Acordos;
- Individualização da Produção em Áreas não Contratadas;
- Interpretação da legislação brasileira;
- Relacionamento com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e outros órgãos reguladores;
- Consórcios e *joint ventures* criados para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural;
- Comercialização de Petróleo e Gás Natural;
- Agentes comercializadores;
- Conteúdo Local;
- Regime jurídico dos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras;
- Leilões para licitação de blocos de Exploração e Produção;
- Gestão dos contratos de Partilha da Produção e de Comercialização de Petróleo e Gás Natural;
- Regime jurídico de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Contratos de Afretamento de sondas de perfuração, navios e plataformas;
- Operação e Gerenciamento (“O&M”) de sondas de perfuração, navios e plataformas; e
- Contratos de prestação de serviço para a Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

2 - Área de Atuação: Direito Administrativo:

- Regime jurídicos das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2016) e programas de integridade e conformidade;
- Licitações e contratos administrativos;

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 18/34

- Licitações e contratos internacionais;
- Improbidade administrativa;
- Prestação de contas, tomada de contas, tomadas de conta especial e demais procedimentos perante os Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios; e
- Procedimento administrativo disciplinar.

3 - Área de Atuação: Direito Civil:

- Contratos privados e administrativos;
- Direitos reais, propriedade e posse; e
- Legislação civil.

4 - Área de Atuação: Direito Societário:

- Empresas públicas e sociedades de economia mista – natureza jurídica;
- Empresa estatal dependente e não dependente;
- Aquisição de empresas, fusão, incorporação e reorganização societária;
- Operações de compra e venda de participações societárias e transferência de ativos;
- Elaboração de contratos de alianças e *joint-ventures*, operações de *private equity*, *project finance*, e outras similares;
- Atividades de rotina da sociedade, como constituição, modificação e reorganização;
- Conduta em assembleias de acionistas, reuniões de conselhos de administração;
- Organização dos livros e documentos societários;
- Direitos e obrigações de acionistas; e
- Consultoria quanto ao cumprimento e à evolução das normas e regulamentos que regem a vida jurídica das sociedades.


5 - Área de Atuação: Mercado de Capitais:

- Questões regulatórias perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e
- Mercado de câmbio.

6 - Área de Atuação: Direito Internacional:

- Representações no exterior;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Atuação no exterior em órgãos administrativos, contenciosos ou não;
- Manifestação perante organismos internacionais; e
- Comércio exterior.

7 - Área de Atuação: Direito Ambiental:

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 19/34

- Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
- Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
- Passivos ambientais;
- Créditos de carbono; e
- Planejamento ambiental.

8 - Área de Atuação: Direito Tributário:

- Interpretação das legislações tributárias federal, estaduais e municipais;
- Análise e consultoria de impostos diretos e indiretos (no Brasil e no exterior);
- Tributação incidente na comercialização da produção de petróleo e gás natural;
- Assessoramento tributário especializado na estruturação de projetos nos setores de gás, de petróleo e de construção naval;
- Estratégia e planejamento tributário;
- Contribuições previdenciárias;
- Regimes especiais e incentivos fiscais;
- REPETRO e REPETRO-SPED; e
- Acompanhamento de procedimentos fiscais nas esferas municipal, estadual e federal.

9 - Área de Atuação: Previdência Complementar:


- Convênios de adesão e contratos de aquisição de planos de benefícios;
- Operações entre entidade de previdência e patrocinadores;
- Órgãos internos de gestão e controle das entidades de previdência complementar; e
- Instituição e alterações de planos de previdência complementar.

10 - Área de Atuação: Direito do Trabalho:

- Negociações sindicais;
- Obtenção de vistos de trabalho;
- Terceirização;
- Demandas relativas à contratação de terceiros; e
- Acordos coletivos.

11 - Área de Atuação: Direito Penal:

- Inquéritos policiais, ações penais, impetração de habeas corpus e mandados de segurança, inclusive preventivos;
- Improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública; e
- Defesa de empregados, ocupantes de cargo de livre provimento e dirigentes da PPSA acusados da prática de crimes ou infrações

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 20/34

administrativas em razão do exercício de suas atividades profissionais, na forma do Estatuto Social.

12 - Área de Atuação: Direito da Propriedade Intelectual:

- Registro e proteção de marca, patente, direito autoral, nome de domínio, desenho industrial e indicação geográfica no Brasil e exterior;
- Licença e cessão de direitos de propriedade intelectual;
- Uso de imagem, som e nome;
- Práticas de competição desleal;
- Inteligência competitiva;
- Crimes e infrações envolvendo direitos de propriedade intelectual, tais como falsificação, pirataria, plágio ou concorrência desleal; e
- Acordos de confidencialidade.

13 - Área de Atuação: Direito da Informática:

- Contratos e regulação;
- Exposição ao risco de crimes eletrônicos;
- Políticas de proteção e utilização de dados e informações sigilosos;
- Direitos autorais e propriedade intelectual; e
- Riscos jurídicos envolvidos no desenvolvimento, manutenção e evolução das soluções já implantadas e nos projetos em elaboração.

Ademais, como lista exemplificativa de serviços não afeitos à uma única área de atuação, temos:


- Elaboração de pareceres jurídicos;
- Elaboração e/ou revisão de cláusulas e instrumentos contratuais;
- Realização e acompanhamento de defesa de direitos em procedimento judicial, administrativo e/ou arbitral;
- Criação de apresentações; e
- Disponibilização de profissional em regime de *secondment*.

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

O prazo de execução do serviço será variável, conforme sua natureza e o prazo de vigência do Contrato será de 05 (cinco) anos ou até que se esgote o orçamento destinado à contratação, o que ocorrer primeiro, observadas as hipóteses de rescisão.

6 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A contratação, fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços serão realizados pela Conjur da PPSA.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 21/34

7 - VALORES

Preço global

O valor global de cada contratação dependerá da complexidade do serviço e, consequentemente, do tempo despendido para a sua execução.

Desta forma, o valor global de cada contratação será estabelecido com base nas horas dispendidas pelos profissionais do escritório na execução do serviço objeto da contratação, sendo fixado o Preço por Hora conforme tabela a seguir:

Nível Profissional	Preço por Hora
Advogado Sócio	R\$ 1.955,71
Advogado Sênior	R\$ 1.240,94
Advogado Pleno	R\$ 1.000,91
Advogado Júnior	R\$ 733,02
Estagiário	R\$ 387,30

Não obstante o cálculo do valor global da contratação ter como base o Preço por Hora trabalhada, o Credenciado estabelecerá um limite máximo para o valor global da contratação, desde que previamente aprovado pela Conjur.


Os valores indicados incluem todos e quaisquer tributos e/ou encargos (inclusive trabalhistas e previdenciários) devidos pelo escritório, além dos custos e/ou despesas incorridas, tais como cópias, impressões, ligações telefônicas, que não serão reembolsados, exceto nos casos previstos no contrato.

As despesas com viagens (passagens, estadia e alimentação), quando necessárias para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência ("TR"), serão reembolsadas aos escritórios contratados, desde que previamente aprovadas pela Conjur da PPSA com base em critérios similares aos utilizados para o pagamento de tais despesas quando incorridas pelos empregados, ocupantes de cargos de livre provimento e Diretores da PPSA ("Colaboradores da PPSA").

Em situações entendidas como emergenciais pela Conjur, e com sua prévia autorização, as despesas com viagens poderão ser efetuadas sem a observância dos critérios similares aos utilizados para o pagamento de tais despesas quando incorridas pelos Colaboradores da PPSA.

8 - REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

I) Experiência

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 22/34

Os documentos em idioma estrangeiro apresentados para qualificação do interessado deverão acompanhar sua respectiva tradução juramentada.

Essencial (sem os quais o credenciamento não será permitido):


1) Experiência comprovada, por meio de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, sediada ou não no Brasil, e devem comprovar que a sociedade de advogados e/ou seus sócios já tenha atuado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, em pelo menos 10 (dez) das 13 (treze) áreas de atuação elencadas no item 4.

2) Experiência comprovada, por meio de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, e cujo objeto esteja relacionado à exploração e produção de petróleo e gás natural, e devem comprovar que a sociedade de advogados e/ou de seus sócios já tenha executado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada:

- (i) questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural; **E**
- (ii) matérias relacionadas com o direito internacional e comparado voltadas para o setor de petróleo e gás natural; **E**
- (iii) elaborações, revisões, interpretações e negociações de instrumentos contratuais utilizados no setor de petróleo e gás natural, ou seja, familiaridade com instrumentos contratuais comumente utilizados, tais como modelos da *Association of International Petroleum Negotiators* ("AIPN"), **ou** *Rocky Mountain Mineral Law Foundation* ("RMMLF"), **ou** *American Association of Petroleum Landmen* ("AAPL"), **ou** *Canadian Association of Petroleum Landmen* ("CAPL").

3) Experiência comprovada, por meio de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, e cujo objeto esteja relacionado à Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, e devem comprovar que a sociedade de advogados e/ou seus sócios já tenha executado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, os serviços da Área de Atuação 1, na forma a seguir detalhada:

- (i) a contratação de sondas de perfuração, **ou** FPSOs, **ou** FSOs, **ou** LNG *tankers*, **ou** OSVs, **ou** PSVs; **E**

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CRENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 23/34

- (ii) a elaboração, revisão, análise e negociação de contratos de afretamento (*charter*), **ou** O&M, ou prestação de serviços técnico de Exploração e Produção.

4) Experiência comprovada, por meio de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica, em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios. Tais Atestados ou Declarações deverão ser emitidos por pessoa jurídica, sediada ou não no Brasil, devem comprovar que a sociedade de advogados e/o seus sócios já tenha executado, para a pessoa emitente dos Atestados ou Declarações, de forma satisfatória, os serviços da Área de Atuação 2, na forma a seguir detalhada:

- (i) matérias ligadas a licitações e contratos da administração pública (Lei nº 13.303/2016), inclusive organização de licitações; **E**
- (ii) defesas de impugnações a licitações; **E**
- (iii) matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990); **E**
- (iv) matérias ligadas à observância da legislação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992); **E**
- (v) questões ligadas à Corregedoria Geral da União ("CGU") ou ao Tribunal de Contas de União ("TCU"); **E**
- (vi) contencioso administrativo **ou** judicial.

5) Experiência comprovada, através de certidões em matérias de Direito Processual, em nome da sociedade de advogados e/ou de seus sócios, que inclua:

- (i) atuação na Justiça Federal, em quaisquer de suas seções, em questões relacionadas com a administração pública federal; **E**
- (ii) atuação em todos todas as instâncias judiciais, inclusive no Supremo Tribunal Federal ("STF").

Desejável:

1) Experiência em empresas e/ou escritórios estrangeiros em matérias ligadas às áreas elencadas nos itens 2 e 3 dos requisitos essenciais do quesito experiência.


II) Infraestrutura

Essencial:

1) Com o objetivo de atender prontamente as demandas da PPSA, o escritório deve estar localizado na Cidade do Rio de Janeiro, ficando a data de assinatura do contrato de credenciamento estabelecida como o prazo final para a instalação do escritório.

Desejável:

1) Ser capaz de atender as demandas da PPSA em outras cidades brasileiras e na Capital Federal, Brasília.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 24/34

2) Ser capaz de atender as demandas da PPSA em outros países, ainda que em regime de cooperação ou parceria com escritórios de experiência comprovada nas Áreas elencadas nos itens 2 e 3 dos requisitos essenciais do quesito experiência.

III) **Equipe de Advogados**

Essencial:

1) Para fins de qualificação, a sociedade de advogados deverá comprovar a disposição, em seu quadro de profissionais, de uma equipe com, no mínimo, 03 (três) advogados seniores, 03 (três) advogados plenos, 02 (dois) advogados juniores e 02 (dois) estagiários, por meio do preenchimento e envio de formulário, conforme o modelo que integra este Termo de Referência sob a forma de seu Anexo B.

2) Além disso, as sociedades de advogados deverão emitir declaração de que possuem disponibilidade plena para o atendimento imediato das demandas da PPSA relacionadas neste Termo de Referência, inclusive, quando for o caso, no idioma inglês.

Desejável:

1) Possuir na equipe pelo menos 1 (um) membro com formação no exterior nas matérias elencadas nos itens 2 e 3 dos requisitos essenciais do quesito experiência.

IV) **Secondment de Profissional**


Desejável:

1) Realização comprovada, através de 01 (um) ou mais Atestados ou Declarações, em nome da sociedade de advogados e ou de seus sócios, de *secondment* de seus profissionais em empresas e/ou escritórios estrangeiros.

2) Além disso, as sociedades de advogados deverão emitir declaração de que possuem condições plenas de disponibilizar profissional para prestar serviços em regime de *secondment*, em local designado pela Conjur da PPSA.

9 - CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHO

1) Serão credenciados todos os escritórios que atendam aos critérios de qualificação exigidos neste Termo de Referência. Após o credenciamento, a distribuição das demandas se dará através das etapas dispostas a seguir:

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 25/34


- 2) Escolha, pela Conjur, de, pelo menos, 03 (três) escritórios entre os credenciados considerando os Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica apresentados, conforme o Item 8 deste Termo de Referência;
- 3) Envio de *e-mail* aos escritórios escolhidos contendo: (i) o detalhamento do trabalho a ser desempenhado; (ii) o Formulário Externo de Escolha (Anexo A deste Termo de Referência); e (iii) o prazo para resposta ou para manifestação de desinteresse;
- 4) Os escritórios interessados deverão responder ao *e-mail*, no prazo nele estipulado, com o Formulário Externo de Escolha preenchido ou com a manifestação do desinteresse em participar; e
- 5) Uma vez findo o prazo estabelecido para manifestação, o escritório será escolhido pela Conjur da PPSA a partir do preenchimento dos critérios presentes do Formulário Externo de Escolha. Tal escolha obedecerá a ordem de preferência abaixo elencada:
 - (i) maior especialidade na área demandada;
 - (ii) atendimento aos requisitos identificados como “Desejável” neste Termo de Referência;
 - (iii) possuir filial na base territorial da demanda;
 - (iv) aferição qualitativa positiva dos trabalhos anteriores, se existirem; e
 - (v) disponibilidade imediata para aceitação do trabalho.

Diante do surgimento de uma nova demanda correlata a algum serviço anteriormente demandado, poderá o mesmo escritório ser novamente contratado, por meio de Nota Técnica de Ampliação de Escopo, sendo justificável em função dos seguintes benefícios, entre outros: (i) dar maior agilidade ao procedimento de contratação; (ii) economizar honorários; (iii) otimizar os recursos; e (iv) solucionar o novo trabalho de modo satisfatório.

10 – REGIME DE *SECONDMENT*

A Conjur poderá solicitar aos escritórios credenciados o *secondment* de profissional que ficará à sua disposição para a prestação de serviços em tempo integral, na frequência acordada e em local por ela designado. O profissional destacado atuará em conjunto com a Conjur no apoio às suas funções regimentais, sendo certo que o setor terá plena discricionariedade sobre o início e a descontinuidade do serviço em regime de *secondment*.

Verificada a necessidade de utilização do serviço em regime de *secondment* pela Conjur, ela solicitará aos escritórios credenciados o envio de currículos de profissionais que atendam o perfil solicitado. A escolha do profissional para prestação do serviço será realizada com base nos currículos apresentados pelos escritórios conforme preenchimento dos critérios estabelecidos pela Conjur.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 26/34

A frequência do *secondment* será estabelecida em dias por semana, a critério da Conjur, podendo o profissional escolhido permanecer à disposição de 01 (um) a 05 (cinco) dias por semana, devendo ser cumprido o horário previamente estipulado pela Conjur.

Os valores devidos pelo serviço em regime de *secondment* serão determinados pelo tempo em que o profissional ficar à disposição da PPSA no mês de referência e com base na tabela de valor por hora presente no item 7 deste Termo de Referência, sendo que ao Preço por Hora serão aplicados descontos de acordo com a frequência do *secondment*, da seguinte forma:

Frequência por semana	Desconto sobre o Preço por Hora Padrão
01 dia	35%
02 dias	40%
03 dias	45%
04 dias	50%
05 dias	55%

11 – DEMAIS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

Será permitida a participação de escritórios em consórcio ou regime de associação, desde que o acordo firmado esteja devidamente registrado (ou em processo de registro, cuja comprovação será realizada mediante apresentação de protocolo) na seccional competente da OAB.

As demais condições de contratação estão dispostas no modelo de contrato, que integra o Anexo IV do Edital.


12 – DEMAIS ANEXOS

12.1 Integram o presente Termo de Referência:


Anexo A - FORMULÁRIO EXTERNO DE ESCOLHA

Anexo B - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÃO SOBRE EQUIPE TÉCNICA

Anexo C - MATRIZ DE RISCO

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 27/34

ANEXO A - FORMULÁRIO EXTERNO DE ESCOLHA

 Pré-sal Petróleo		Formulário Externo de Escolha	
Nota da Consultoria Jurídica: []		Número: []	
Escritório Demandado:		Emissão: []/[]/20[]	

Critérios de distribuição das demandas¹:

I – especialidade na área demandada:
II – atendimento aos requisitos identificados como “Desejável” no Termo de Referência: a - Experiência em empresas e/ou escritórios estrangeiros em matérias ligadas à área demandada: b - Ser capaz de atender as demandas da PPSA em outras cidades brasileiras e na Capital Federal, Brasília. Ser capaz de atender as demandas da PPSA em outros países, ainda que em regime de cooperação ou parceria com escritórios de experiência comprovada nas áreas demandadas (se aplicável): c - Possuir na equipe pelo menos 1 (um) membro com formação no exterior na matéria demandada:
III – possuir filial na base territorial da demanda:
IV – disponibilidade imediata para aceitação do trabalho:

¹ Obedecida a ordem de preferência elencada.

ANEXO B - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÃO SOBRE EQUIPE TÉCNICA


Para fins de cumprimento do requisito de qualificação estabelecido no Termo de Referência correspondente ao Credenciamento IL.PPSA.003/2023, informo que a equipe técnica do [.] é formada, pelos profissionais indicados na tabela abaixo, organizados em ordem decrescente por nível profissional:

Nível Profissional	Nome	OAB/UF

Declaro, sob as penas previstas na legislação aplicável, que as informações apresentadas nesse formulário são verídicas e fidedignas.


[Local], [data] de [mês] de 2023

[.]


 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 29/34

Anexo C – MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco atinente ao Tempo de Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela PPSA, que comprovadamente repercute no preço do Contratado	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	PPSA
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado	Planejamento tributário.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial.	Contratado

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Credenciamento de Escritórios de Advocacia	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 30/34

	Contrato			
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização da PPSA por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a PPSA, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, na quantia despendida pela PPSA.	Contratado

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Anexo II – Modelos para Habilitação	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 31 / 34

ANEXO II – Modelo para Habilitação

Modelos de Declaração

a) Informações da Proponente

(a ser enviada externamente as pastas digitais)

EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE

À
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA
Gerência de Administração e Suporte Corporativo
Av. Rio Branco nº 1, 4º andar - Centro
CEP: 20.090-003 - Rio de Janeiro - RJ.

Ref.: CREDENCIAMENTO Nº IL.PPSA.003/2023

Assunto: Informações sobre a Proponente

As comunicações com nossa Empresa devem ser feitas conforme abaixo indicado:


Razão social do Escritório de Advocacia:
Nome do elemento de contato / cargo: Sr ou Sra.....
Telefone:
Endereço de correio eletrônico:.....
Endereço completo (logradouro, número e complemento): Cidade: Estado: CEP:

02. A sociedade opta por comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, por meio de:

- () apresentação de documentos físicos anexos a este Pedido; e/ou
() SICAF.

..... de de 2023

CARIMBO, CNPJ E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE CREDENCIAMENTO Inexigibilidade de Licitação Anexo II – Modelos para Habilitação	IL.PPSA.003/2023
		Pág. 32 / 34

ANEXO II – Modelo para Habilitação

b) Atendimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CRFB/88,

Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CRFB/88.

EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE

À
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA
Gerência de Administração e Suporte Corporativo
Av. Rio Branco nº 1, 4º andar - Centro
CEP: 20.090-003 - Rio de Janeiro - RJ
Ref.: CREDENCIAMENTO Nº IL.PPSA.003/2023

Assunto: Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CRFB/88

(Nome do Escritório de Advocacia)....., inscrito no CNPJ-MF sob o nº , por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)..... portador (a), da identidade nº e do CPF-MF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CRFB/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (____).

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

..... de de 2023

CARIMBO, CNPJ E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

ANEXO III – Modelo para Qualificação de Credenciamento

PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE
--

A SER ENTREGUE NA PASTA DIGITAL Nº 2 - “QUALIFICAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO”

À
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA,
Gerência de Administração e Suporte Corporativo
Av. Rio Branco nº 1, 4º andar - Centro
CEP: 20.090-003 - Rio de Janeiro - RJ

Ref.: CREDENCIAMENTO Nº IL.PPSA.003/2023

Assunto: PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

Escritório de Advocacia:

PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

01.(Identificação da Proponente)
sociedade de advogados, registrada na OAB/... sob o nº ..., no CNPJ sob nº/.....-..
CEP....., representada por, inscrito na OAB/.... sob o nº ... e no CPF/MF sob o nº ..
manifestar seu interesse em ser credenciada por essa empresa para prestar, sem
exclusividade, serviços jurídicos à Consultoria Jurídica da PPSA, de acordo com as
condições estabelecidos no Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023, nas área(s)
indicadas a seguir:

- () **Área de Atuação 1: Direito do Petróleo e Gás Natural**
- () **Área de Atuação 2: Direito Administrativo**
- () **Área de Atuação 3: Direito Civil**
- () **Área de Atuação 4: Direito Societário**
- () **Área de Atuação 5: Mercado de capitais**
- () **Área de Atuação 6: Direito Internacional**
- () **Área de Atuação 7: Direito Ambiental**
- () **Área de Atuação 8: Direito Tributário**
- () **Área de Atuação 9: Previdência Complementar**
- () **Área de Atuação 10: Direito do Trabalho**
- () **Área de Atuação 11: Direito Penal**
- () **Área de Atuação 12: Direito da Propriedade Intelectual**
- () **Área de Atuação 13: Direito da Informática**

02. Em atendimento aos requisitos para qualificação constantes do item 8 do Termo de Referência – Anexo I do edital, informamos a seguir a nossa equipe de advogados, que possuem disponibilidade plena para o atendimento imediato das demandas da PPSA, inclusive, quando for o caso, no idioma inglês:

Nome do Advogado	Função (a)	Condição na Sociedade (b)	Nº de inscrição na OAB	UF de inscrição na OAB

Legenda:

- (a) - (Sênior, Pleno, Junior ou Estagiário);
- (b) - (sócio, empregado ou associado)

03. Para tanto, DECLARA, sob as penas da lei, que conhece os termos do Edital e seus Anexos e de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto deste credenciamento.

04. Em anexo, seguem os atestados e/ou declarações de capacidade técnica exigidos para as comprovações necessárias aos requisitos para qualificação constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital, especialmente em seu item 8.

....., de de 2023

CARIMBO, CNPJ E ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA